

Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas. São Paulo, 11 de Agosto de 2022

Balanco Patrimonial em 31 de março (Em milhares de reais)				
	Nota	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	623.179	87.185	19.282
Aplicações financeiras	5 (b)	3.296	3.135	3.250
Contas a receber de clientes	6	39.304	35.356	44.341
Estoque	7	519.803	391.095	341.138
Ativo biológico	8	451.098	274.864	158.981
Tributos a recuperar	9	75.018	43.273	53.710
Partes relacionadas	10 (a)	33	43	426
Outros créditos		26.700	24.859	41.111
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.738.431</b>	<b>859.810</b>	<b>662.239</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Estoque	7	114.951	128.825	159.891
Tributos a recuperar	9	23.776	19.051	23.646
Partes relacionadas	10 (a)	480.829	149.174	1.025.401
Depósitos judiciais	24 (c)	17.436	19.543	19.984
Outros créditos		916	816	230
		<b>653.464</b>	<b>317.409</b>	<b>1.229.053</b>
Investimentos	11	2.674	2.329	2.014
Imobilizado	12	2.867.472	3.127.278	4.312.674
Direito de uso	14 (a)	1.013.367	697.236	624.590
Intangível	13	332.063	356.154	361.660
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.869.440</b>	<b>4.500.406</b>	<b>5.629.991</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.607.471</b>	<b>5.360.216</b>	<b>6.292.230</b>
	Nota	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)

<b>Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	15	168.459	132.035	235.433
Fornecedores - sujeitos ao PRJ <sup>1</sup>	15	56.083	69.263	—
Empréstimos e financiamentos	16	27.788	44.235	4.116.725
Empréstimos e financiamentos sujeitos ao PRJ <sup>1</sup>	16	50.272	—	—
Passivos de arrendamento	14 (b)	240.752	161.349	145.096
Salários e encargos	17	41.403	35.208	38.134
Tributos a recolher	18 (a)	21.497	15.562	16.747
Tributos parcelados	18 (b)	8.993	20.597	9.941
Adiantamentos de clientes	19	58.609	5.658	18.192
Partes relacionadas	10 (a)	31.347	41.666	33.958
Outros débitos		909	10.040	1.106
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>706.112</b>	<b>539.613</b>	<b>4.615.332</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Fornecedores - sujeitos ao PRJ <sup>1</sup>	15	78.616	88.360	—
Empréstimos e financiamentos	16	283.056	238.453	207.731
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ <sup>1</sup>	16	3.926.731	3.780.233	—
Passivos de arrendamento	14 (b)	802.988	576.564	531.301
Tributos parcelados	18 (b)	—	7.554	7.368
Provisão para contingências	24 (a)	53.016	29.429	35.230
Imposto de renda diferido passivo	22 (a)	94.564	17.137	5.737
Partes relacionadas	10 (a)	178.543	165.762	917.424
Outros débitos		7.963	14.948	9.212
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.425.479</b>	<b>4.919.440</b>	<b>1.713.997</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>6.131.591</b>	<b>5.459.053</b>	<b>6.329.329</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>				
Capital social	20	3.994.676	3.994.676	4.284.839
Reserva de incentivos fiscais		1.052.144	761.382	—
Prejuízos acumulados		(4.570.980)	(4.854.895)	(4.321.938)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>475.880</b>	<b>(98.837)</b>	<b>(37.099)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>6.607.471</b>	<b>5.360.216</b>	<b>6.292.230</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>				
<b>1. Contexto operacional:</b> (a) A Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial ("Brenco", "Companhia"), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Centro-Oeste do país, sendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia pertence ao Grupo Ativos, sendo controlada de forma direta pela Ativos Agroindustrial Participações S.A. (uma das holdings do grupo) e é controlada indiretamente pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"). (b) A Brenco possui 4 filiais operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana-ano, sendo sido processadas 10,3 milhões na safra 21/22 (11,1 milhões na safra 20/21). O Grupo Ativos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial; (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana-soca; (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT); (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, consequentemente, redução da oxicidade das plantas industriais; (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e <i>cyber security</i> , dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como, difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Ativos, incluindo sua controladora direta, apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Ativos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Ativos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 19.077.09.2019.8.26.0100 do distrito do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Ativos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperandas, sendo: Ativos Agroindustrial S.A., Ativos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A., Usina Itapicuru S.A., a Data de Homologação das Recuperandas Agro Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Quatroferrado do Pontal S.A. ("UCP"). O PRJ trata de Parâmetros Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. O Plano de Recuperação Judicial: As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJs e homologados e que estão refletidas nestas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: • <b>Créditos Trabalhistas:</b> Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • <b>Classificação II (Garantia Real):</b> O montante correspondente a 54% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real será utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • <b>Classificação III (Quirografário não Financeiro):</b> Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de Créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser realizado nas condições previstas para o montante correspondente a 38% da Data de Homologação Judicial do Plano. • <b>Classificação IV (Quirografário Financeiro não Financeiro):</b> Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Em agosto de 2021, ocorreu o pagamento da primeira parcela dos credores classe III (quirografários não financeiros), credores classe IV (Pequenas e Médias empresas), que estão na Opção B. O valor total pago foi de R\$ 51.529 referente a 1.230 credores. • <b>Créditos Extraconcursais Aderentes:</b> O montante correspondente a no máximo 80% dos Créditos de cada Credor Extraconcursal aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas. A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; O saldo correspondente a no máximo 20% dos Créditos de cada Credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos. (d) Possíveis efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras. <i>Coronavírus (COVID-19):</i> Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 02/2020 ("OFICÍO CIRCULAR/CVM/CSISP/EP" nº 02/2020 e nº 03/2020), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis. Aspectos sobre a continuidade estão diretamente relacionados a PRJ anteriormente comentada. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e permanece avaliando potenciais impactos no mercado de forma geral, incluindo, mas não limitados à eventual necessidade de				

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31.03.2022	31.03.2021	
		(reapresentado)	(reapresentado)	
Receita operacional líquida	25	3.201.678	2.116.320	
Custos dos produtos vendidos	26	(1.957.938)	(1.608.956)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.243.739</b>	<b>507.364</b>	
Despesas com vendas	26	(4.517)	(3.694)	
Despesas administrativas e gerais	26	(163.315)	(158.440)	
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(33.375)	(3.724)	
<b>Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<b>1.042.531</b>	<b>341.506</b>	
Resultado de participações societárias	11	345	315	
Resultados financeiros	28	53.330	343.008	
Despesas financeiras	28	(434.393)	(444.981)	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(384.708)</b>	<b>(101.973)</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>658.168</b>	<b>239.848</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 (b)	(6.024)	(17)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	(77.427)	(11.406)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>574.717</b>	<b>228.425</b>	
<b>Lucro básico e diluído por ação - em Reais</b>	20 (f)	<b>0,0000022</b>	<b>0,0000009</b>	

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício		574.717	228.425
Outros resultados abrangentes:		574.717	—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>574.717</b>	<b>228.425</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	lquido (passivo a descoberto)	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
<b>Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)</b>						
Redução de capacidade em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas demonstradas	20 (a)	4.284.839	—	(4.321.938)	—	(37.099)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20 (d)	—	761.382	(761.382)	—	—
Lucro líquido do exercício		—	—	228.425	228.425	228.425
<b>Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)</b>		<b>3.994.676</b>	<b>761.382</b>	<b>(4.854.895)</b>	<b>—</b>	<b>(98.837)</b>
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20 (d)	—	290.802	—	—	290.802
Lucro líquido do exercício		—	—	574.717	574.717	574.717
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>		<b>3.994.676</b>	<b>1.052.184</b>	<b>(4.570.980)</b>	<b>—</b>	<b>475.880</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

revisão das projeções e estimativas, assim como a realização dos ativos não circulantes (ágio, imobilizado e impostos diferidos ativos) que são base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

**Conflito Rússia-Ucrânia:** O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities*, além do aumento das taxas de juros e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não detectou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas demonstradas.

**2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, em 1 de agosto de 2022. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua respectiva classificação e o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função da COVID-19, nas projeções utilizadas em seus resultados e cálculos. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando não incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (passivo a descoberto). Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de juros e os equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", dentro das rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e o risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros:** **Classificação:** A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para o grupo dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como o valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou quando os títulos transferidos, neste último caso, desde o início, tenham sido desvalorizados, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado". Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido (passivo a descoberto), são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento". Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma evidência para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, e é retirada do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros:** Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relacionadas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante o tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com inadimplências na carteira. O montante do prejuízo é determinado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizar um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* estiver diminuindo, a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante decorrente do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Instrumentos financeiros derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira pela Companhia, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		574.717	228.425
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	12, 13, 14	743.760	589.653
Ativos biológicos colhidos	8	274.864	141.246
Variação no valor justo de ativos biológicos	8	(188.698)	(40.580







✧ continuação Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em Recuperação Judicial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
		Nota	31.03.2022	31.03.2021		Nota	31.03.2022	31.03.2021		31.03.2022	31.03.2021
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")		(a)	215	32	Novonor S.A. e suas controladas	(b)	(453)	–	Saldo anterior	4.063.921	4.324.456
<b>Compras de mercadorias e serviços</b>					Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	(1)	–	Captação de empréstimos e financiamentos	21.953	6.090
Rio Claro Agropecuária S.A. ("Rio Claro")		(a)	(7.663)	(11.380)	Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	179	–	Amortização de principal	(115.834)	(109.424)
Usina Conquista do Pontal ("UCP")		(a)	(6.124)	(8.023)	(a) Referem-se a saldos a receber sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos realizadas em exercícios anteriores. (b) Refere-se, substancialmente, a repasse de despesas				Amortização de juros	(20.445)	(127.878)
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")		(a)	(5.262)	(13.478)	relacionadas à tecnologia da informação, locação e transferência de colaboradores entre empresas da				Juros, variação cambial e monetária, líquidas	338.252	228.226
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")		(a)	(1.807)	(747)	Atvos Inv e do Grupo Novonor. (c) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de				Reversão da provisão de juros e variação cambial	–	(257.549)
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")		(a)	(439)	(131)	propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais				<b>Saldo no final do exercício</b>	4.287.847	4.063.921
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")		(e)	(120)	(120)	existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é				(i) Refere-se a reversão da diferença entre os juros e variação monetária provisionados de acordo com		
<b>Repasse de despesas do corporativo</b>					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não				as premissas originais dos contratos das dívidas submetidas aos PRJs e o cálculo realizado conforme as		
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")		(f)	(65.493)	(47.588)	incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do				taxas estabelecidas nesses mesmos planos. A alteração na forma de atualização aconteceu a partir da		
Atvos Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")		(f)	(11.021)	(39.171)	caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas				homologação dos PRJs, ocorrida no dia 20 de agosto de 2020. Os saldos de empréstimos e		
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")		(f)	(3.938)	(1.808)	demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente				financeiros no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:		
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")		(f)	(824)	(3.301)	às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se				<b>31.03.2022</b>	<b>31.03.2021</b>	
Rio Claro Agropecuária S.A. ("Rio Claro")		(f)	(174)	(5)	a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
Novonor S.A. e suas controladas		(b)	4	233	no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")		(f)	31	(148)	melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
Usina Conquista do Pontal ("UCP")		(f)	183	(26)	base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
<b>Despesas financeiras</b>					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")		(f)	–	(30.287)	Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")		(f)	–	(4)	propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
Novonor S.A. e suas controladas		(h)	(3)	–	existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
<b>Receitas financeiras</b>					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")		(a)	1	–	incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
<b>Outras Receitas</b>					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas						
					demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente						
					às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos. (e) Refere-se						
					a transações financeiras existentes entre as empresas do Grupo Atvos e do Grupo Novonor inseridas						
					no PRJ, conforme nota explicativa 1. (f) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme						
					melhor avaliação da Administração da Companhia. (g) Refere-se a cessão onerosa de prejuízos fiscais e						
					base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido às empresas do Grupo Novonor. (h) Refere-se a						
					transações financeiras entre empresas do Grupo Atvos. (i) Refere-se a recursos tomados pela						
					Companhia, na modalidade CPR-F e Debêntures, os saldos dessas dívidas estão apresentados e têm o						
					propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais						
					existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é						
					denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não						
					incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora da Companhia, Atvos Par, gestora do						
					caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas			</			



→ continuação	Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em Recuperação Judicial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2020 (representado)</b>	<b>2.656</b>	<b>28.296</b>	<b>4.278</b>	<b>35.230</b>
Adições	1.772	332	1.471	1.975
Reversões	(1.972)	(1.503)	—	(3.475)
Utilizações	—	(6.902)	—	(6.902)
Atualizações	1.166	401	1.034	2.601
<b>Saldo em 31 de março de 2021 (representado)</b>	<b>2.022</b>	<b>20.624</b>	<b>6.783</b>	<b>29.429</b>
Adições	—	7.802	78	7.880
Reversões	(124)	(466)	(1.886)	(2.476)
Utilizações	(48)	(4.371)	—	(4.419)
Atualizações	87	8.465	14.054	22.606
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>1.937</b>	<b>32.054</b>	<b>19.027</b>	<b>53.018</b>
Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: <b>Processos trabalhistas:</b> As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa. Em 31 de março de 2022, a Companhia era parte envolvida em 543 processos trabalhistas (415 em 31 de março de 2021), com prognóstico de perda provável e passíveis de provisão. <b>Processos cíveis e ambientais:</b> Referem-se a: (i) ações indenizatórias em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de supostos incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja responsabilidade e autoria está sendo questionada judicialmente; (iii) honorários de sucumbência a serem pagos a advogados de partes contrárias. Destaca-se: (i) Processo proposto por Andrela União Agrícola Ltda., cujo objeto principal é o pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes da rescisão de contrato de prestação de serviços agrícola de preparo de solo e plantio. Em 31 de março de 2022 o valor provisionado para a contingência deste processo é de R\$ 15.324, sendo que não havia provisão realizada em março de 2021. b) Não provisionadas: A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:				
Processos tributários			31.03.2022	31.03.2021
Processos cíveis			638.734	552.310
Processos trabalhistas			393.442	22.364
Processos ambientais			9.686	9.764
			1.874	2.355
			1.043.738	586.793
<b>Processos tributários:</b> Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se: (a) Cobrança de ICMS em decorrência de presunção de realização de operações internas, de aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, cobrança de DIFAL, crediamento indevido - uso e consumo, e erro de apuração, no montante de R\$ 391.166 em 31 de março de 2022 (R\$ 326.420, em 31 de março de 2021); (b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais, decorrentes de saldos negativos, créditos proporcionais a receita bruta de exportação, indebitabilidade de despesas e insumos cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil. As manifestações de inconformidades, impugnações e recursos voluntários relacionados aguardam o julgamento. O total envolvido nos processos é de R\$ 243.288 em 31 de março de 2022 (R\$ 221.771, em 31 de março de 2021). <b>Processos trabalhistas:</b> Em 31 de março de 2022, a Companhia era parte envolvida em 92 (112, em 31 de março de 2021), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas "in itinere"; (ii) diferença de horas extras; (iii) intervalo intrajornada; (iv) adicional de periculosidade e insalubridade e (v) descanso semanal remunerado. <b>Processos cíveis e ambientais:</b> Dentre as demandas cíveis e ambientais consideradas como perda possível, destacam-se: Em 21 de maio de 2009, a Companhia foi citada para responder Ação Ordinária de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas, celebrado em 8 de maio de 2007, com Andrela União Agrícola Ltda. Além da rescisão do contrato, Andrela pleiteia indenização por danos materiais e morais. Este processo civil se encontra em fase final de instrução. A administração, fundamentada na posição de seus assessores jurídicos, manteve em 31 de março de 2022 a ação como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 381.321 (R\$ 13.197, em 31 de março de 2021). c) Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante.				
Processos tributários			31.03.2022	31.03.2021
Processos cíveis			2.914	2.297
Processos trabalhistas			14.002	16.617
Outros			17.436	19.543
			31.03.2022	31.03.2021
			(representado)	
<b>25. Receita operacional líquida:</b>				
<b>Receita bruta</b>				
- Mercado interno			3.622.487	2.549.283
Tributos sobre vendas			(354.036)	(356.649)
Frete sobre vendas			(57.006)	(68.702)
Armazenagem			(8.644)	(7.155)
Devoluções			(1.123)	(457)
			3.201.678	2.116.302
<b>26. Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza:</b>				
Despesas com vendas			31.03.2022	31.03.2021
			(representado)	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo			(833.959)	(674.455)
Despesas com pessoal			(263.604)	(219.256)
Serviços de terceiros			(154.414)	(181.516)
Materiais para revenda			(29.869)	(33.492)
Taxas e encargos de energia			(46.105)	(44.065)
Outras despesas			(9.964)	(17.015)
			(1.357.915)	(1.189.092)
Depreciações e amortizações:				
da planta portadora			(206.130)	(121.332)
de trato cana soca			(217.714)	(192.720)
de direito de uso			(171.673)	(116.837)
de ativos tangíveis e intangíveis			(314.136)	(191.360)
do valor justo da planta portadora			(6.319)	(14.065)
Variação do valor justo do ativo biológico			188.698	40.580
do valor justo do ativo biológico			(40.580)	13.736
			(767.857)	(581.998)
			2.125.772	(1.171.090)
<b>Classificados em:</b>				
Custo dos produtos vendidos			(1.957.940)	(1.608.956)
Despesas com vendas			(4.517)	(3.694)
Despesas administrativas e gerais			(115.315)	(158.440)
			2.125.772	(1.771.090)
<b>27. Outras despesas operacionais, líquidas:</b>				
			31.03.2022	31.03.2021
			(representado)	
<b>Outras receitas:</b>				
Efetivação de superveniência tributária			—	2.241
Venda de ativos imobilizados, líquidas			5.503	—
Sinistros			1.803	728
Provisão passivos contingentes			—	5.801
Receitas de superveniências (ii)			4.019	—
Outras receitas			2.269	2.647
			13.594	11.417
<b>Outras despesas:</b>				
Provisão para perdas de crédito esperadas			(40)	—
Multa ANEEL (i)			(9.176)	(1.931)
Multas não recorrentes			(186)	—
Reversão passivos contingentes			(23.589)	—
Efetivação de perdas em processos judiciais			(9.669)	(11.417)
Baixa do valor residual de ativos (iii)			(3.147)	—
Indenizações pagas			(382)	(450)
Outras despesas			(780)	(1.343)
			(46.969)	(15.141)
			(33.375)	(3.724)
<b>Diretoria:</b>	<b>Dario Costa Gaeta</b> - Diretor Presidente	<b>Marcelo Caldato Fiomari</b> - Diretor	<b>Luiz Antonio Bianchi</b> - Diretor	<b>Chafick Fair Luedy</b> - Diretor
	<b>Leonardo Santos Fadigas de Souza</b> - Diretor	<b>José Carlos Teixeira</b> - Diretor	<b>Luiz Augusto Antimonte Vaz</b> - Diretor	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável (Em recuperação judicial) - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.b às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia, sua controladora e outras empresas do grupo aguardam pedido de Recuperação Judicial em 29 de maio na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo. Em 20 de maio de 2020, foi aprovado pelos credores na Assembleia Geral de Credores - AGC o Plano de Recuperação Judicial - PRJ consolidado, e aprovado por maioria dos cenários os PRJs individuais da Agro Energia Santa Luzia S.A. e da Usina Conquista do Pontal S.A. Em 20 de agosto de 2020 foi publicada a decisão homologatória desses PRJs. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da base de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, incluindo o êxito no cumprimento dos termos aprovados nos PRJs. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras referentes ao

exercício findo em 31 de março de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 4.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 24 de junho de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 4.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de março de 2021 e de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021 e de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assurance sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor:** Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos evidência de controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de agosto de 2022



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Cezar Augusto Ansoain de Freitas**  
Contador - CRC-1SP246234/O-0

